

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PONTES, TRAPICHES E PASSARELAS DE MADEIRA DESTINADAS AO TRÁFEGO DE VEÍCULOS E PEDESTRES NO MUNICÍPIO DE BELÉM E NOS DISTRITOS DE MOSQUEIRO, ICOARACI, OUTEIRO E DEMAIS ILHAS, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários, conforme as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

2. DA COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

2.1. A presente contratação encontra respaldo nas competências institucionais atribuídas à Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – SEZEL, conforme disposto na Lei Municipal nº 10.143/2025, que estabelece as atribuições do órgão no âmbito da administração pública municipal.

2.2. Nos termos do referido diploma legal, compete à SEZEL planejar, coordenar, executar, acompanhar e fiscalizar ações relacionadas à zeladoria, conservação e manutenção da infraestrutura urbana e dos bens públicos municipais, incluindo a manutenção de vias, logradouros e estruturas de uso público destinadas à circulação de pedestres e veículos.

2.3. A contratação de serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, localizadas no município de Belém e em seus distritos e ilhas, está diretamente relacionada às seguintes competências institucionais da SEZEL:

- I – planejar, coordenar, controlar, executar e avaliar as políticas de zeladoria e conservação urbana no Município de Belém;
- II – planejar, elaborar e executar projetos de administração, manutenção, conservação e preservação de espaços públicos e de infraestrutura urbana pertencente ao Município;
- III – executar, coordenar, fiscalizar e acompanhar obras e serviços de manutenção em vias e logradouros públicos municipais;
- IV – promover ações destinadas à manutenção e conservação do patrimônio público municipal, garantindo condições adequadas de mobilidade, segurança e acessibilidade à população.

2.4. Nesse contexto, a presente contratação constitui medida necessária para assegurar a conservação da infraestrutura de circulação existente nas áreas insulares e continentais do Município, garantindo segurança aos usuários, continuidade da mobilidade local e preservação do patrimônio público municipal.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade permanente de manutenção, recuperação e conservação das pontes, trapiches e passarelas de madeira destinadas ao tráfego de

veículos e pedestres no Município de Belém, incluindo os Distritos de Mosqueiro, Icoaraci, Outeiro e demais ilhas.

3.2. O Município de Belém possui uma extensa área territorial composta por regiões continentais, insulares e ribeirinhas, nas quais existe grande quantidade de pontes, trapiches e passarelas de madeira utilizadas diariamente pela população para deslocamento, acesso a residências, equipamentos públicos, áreas comerciais e serviços essenciais.

3.3. Parte significativa dessas estruturas encontra-se sujeita ao desgaste natural decorrente da ação do tempo, da elevada umidade característica da região amazônica, da incidência de chuvas intensas, variações de maré e do uso contínuo pela população, fatores que contribuem para a deterioração da madeira e comprometimento das condições estruturais.

3.4. Considerando a grande extensão dessas estruturas no território municipal, bem como a necessidade constante de intervenções preventivas e corretivas, torna-se indispensável a contratação de serviços especializados que possibilitem a execução de manutenção, recuperação e conservação de forma contínua e eficiente.

3.5. A ausência de intervenções adequadas pode ocasionar riscos à integridade física dos usuários, interrupção da mobilidade local, isolamento de comunidades e prejuízos às atividades econômicas, além de comprometer a preservação do patrimônio público municipal.

3.6. Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir condições adequadas de segurança, trafegabilidade e acessibilidade à população, assegurando a continuidade da mobilidade urbana e a conservação da infraestrutura pública sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – SEZEL.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como nas demais legislações correlatas, normas regulamentares e normas técnicas aplicáveis à espécie, inclusive no âmbito da engenharia.

4.2. O objeto caracteriza-se como **serviço comum de engenharia**, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com métodos executivos, materiais e critérios de medição previamente estabelecidos em normas técnicas e especificações usuais de mercado, permitindo o julgamento objetivo das propostas, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, e conforme análise técnica constante do ETP, mostra-se adequada a utilização da **MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, por se tratar de serviço comum de engenharia, assegurando maior competitividade, transparência e eficiência na contratação, em consonância com o art. 17, §2º, do referido diploma legal.

4.4. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO**, considerando o valor

total da proposta para o conjunto dos serviços constantes da planilha orçamentária, tendo em vista que o objeto possui especificações técnicas padronizadas e comparáveis, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A contratação será operacionalizada por meio do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, com fundamento nos arts. 82 e 84 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se trata de serviço executado sob demanda, cuja quantidade, localização e periodicidade das intervenções não podem ser previamente definidas com exatidão, permitindo maior flexibilidade operacional, racionalização dos recursos públicos e pagamento conforme os serviços efetivamente executados.

4.6. A adoção do SRP encontra ainda respaldo no Decreto Municipal nº 107.923/2023, especialmente em seu art. 3º, incisos I e IV, aplicável às hipóteses de contratações permanentes e de demanda incerta ou variável.

4.7. A natureza da contratação é **continuada**, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, uma vez que decorre de necessidade permanente da Administração Pública relacionada à manutenção, conservação e recuperação da infraestrutura urbana, admitindo-se a prorrogação contratual, desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.8. A inviabilidade da execução direta pela Administração, em razão da insuficiência de estrutura operacional, mão de obra especializada e equipamentos adequados, justifica a contratação de empresa especializada, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4.9. A contratação observará, ainda, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente aquelas aplicáveis a estruturas de madeira e obras de engenharia, bem como a legislação urbanística municipal, o Plano Diretor de Belém, o Código de Posturas e as normas de segurança do trabalho, assegurando a qualidade, durabilidade, acessibilidade e segurança das intervenções realizadas.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste na execução de serviços de engenharia destinados à manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à execução das intervenções.

5.2. As intervenções compreenderão, entre outras atividades:

5.2.1. Mobilização de equipe técnica, equipamentos e insumos após emissão da Ordem de Serviço, incluindo a instalação de estruturas provisórias de apoio operacional, observadas as disposições das Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-18 e NR-24.

5.2.2. Limpeza da vegetação no entorno das estruturas, implantação de sinalização de

segurança e demolição manual seletiva de elementos estruturais deteriorados, com segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme a Resolução CONAMA nº 307.

5.3. Execução de serviços estruturais compreendendo, entre outros:

- 5.3.1.** fornecimento e cravação de estacas de madeira;
- 5.3.2.** substituição de transversinas, longarinas e demais elementos estruturais;
- 5.3.3.** recomposição de tabuleiros e substituição de pranchetas;
- 5.3.4.** execução de escoramentos e reforços estruturais;
- 5.3.5.** fixação dos elementos estruturais com ferragens adequadas.
- 5.3.6.** Instalação ou recuperação de guarda-corpos e guarda-rodas, quando aplicável.
- 5.3.7.** Aplicação de tratamentos preservativos e proteção das peças estruturais contra intempéries e agentes biológicos.

5.4. Considerando o ciclo de vida do objeto, a execução dos serviços deverá observar:

- 5.4.1.** Utilização de madeira estrutural de alta densidade, conforme parâmetros da ABNT NBR 7190, isenta de alburno e adequada para utilização em ambientes sujeitos à umidade.
- 5.4.2.** Utilização de ferragens com proteção anticorrosiva, garantindo maior durabilidade das conexões estruturais.
- 5.4.3.** Emprego de metodologia construtiva que permita substituição parcial ou modular de elementos estruturais, facilitando futuras intervenções de manutenção.
- 5.4.4.** Comprovação da procedência legal da madeira utilizada mediante apresentação do Documento de Origem Florestal (DOF) e nota fiscal correspondente.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – SUSTENTABILIDADE

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com a legislação ambiental vigente:

6.1.1. É condição indispensável para a execução contratual a comprovação da procedência legal de toda a madeira utilizada. A CONTRATADA deverá apresentar o Documento de Origem Florestal – DOF válido e a respectiva Nota Fiscal para cada lote de madeira utilizado na execução dos serviços, conforme exigências dos órgãos ambientais competentes, especialmente IBAMA e SEMAS. A utilização de madeira ilegal ou sem procedência comprovada poderá acarretar a imediata paralisação dos serviços, glosa das medições e aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

6.1.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas adequadas de gestão de resíduos da construção civil, realizando a triagem na origem e a segregação por classes (A, B, C e D), conforme disposto na Resolução CONAMA nº 307. Os resíduos gerados, especialmente madeira deteriorada removida das estruturas e sucatas metálicas, deverão ser encaminhados para áreas de destinação final devidamente licenciadas, sendo obrigatória a comprovação da

destinação mediante apresentação de Comprovante de Transporte de Resíduos (CTR) ou documento equivalente para fins de liberação das medições. É expressamente proibida a queima de resíduos no canteiro de obras ou sua disposição em áreas de preservação permanente.

6.1.3. Considerando que parte das intervenções poderá ocorrer sobre rios, igarapés ou áreas alagadas, é expressamente proibido o descarte de resíduos de demolição, restos de madeira, serragem, ferragens, embalagens ou qualquer outro material nos corpos hídricos ou em suas margens.

6.1.4. Os equipamentos, caminhões, embarcações e demais maquinários utilizados na execução dos serviços deverão estar com manutenção preventiva em dia, de modo a evitar vazamentos de óleos, graxas, combustíveis ou outras substâncias potencialmente poluentes no solo ou nos corpos hídricos existentes nas áreas de intervenção.

7. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

7.1. A caracterização do objeto como serviço continuado, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice, em atendimento a Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A estimativa de preços da contratação será elaborada com base nos quantitativos definidos neste Termo de Referência e no orçamento analítico dos serviços de manutenção, recuperação e conservação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, utilizando-se como referenciais oficiais de custos o SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, bem como as composições e parâmetros constantes das bases da SEOP – Secretaria de Estado de Obras Públicas, assegurando a aderência aos preços praticados no mercado, a observância da economicidade e a compatibilidade com a execução continuada dos serviços.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

8.1. Os objetos desta contratação deverão observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no **Anexo A** do presente Termo de Referência e as especificações detalhadas nos itens de execução de serviços.

9. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 9.176.008,50 (nove milhões, cento e setenta e seis mil, oito reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários postos na planilha em anexo.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. A proponente deverá na ocasião da apresentação da proposta:

10.1.1. Indicar o valor total da proposta, em algarismo e por extenso, já incluídas todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, transporte, inclusive o desembaraço

alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

10.1.2. Apresentar proposta de preços e documentações de forma clara e detalhada, citando especificações e descrição do objeto;

10.1.3. Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua apresentação.

10.2. As licitantes interessadas em participar deste certame deverão prestar **Garantia/Caução no valor de 1% (um por cento) do valor global estimado**, com prazo de validade de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, como condição de participação neste certame licitatório, conforme art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. A referida Garantia deverá ser efetuada previamente à data de realização do certame em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal 14.133/2021.

10.4. O comprovante de prestação de Garantia deverá ser apresentada pelo licitante provisoriamente vencedor, juntamente com a proposta ajustada, sob pena de desclassificação.

10.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

10.6. Implicará execução do valor integral da Garantia de Proposta a recusa em assinar o Contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

10.7. Para o pleno atendimento exigido no **item 10.2** e demais subitens, deverá ser efetuada em favor da Contratante, CNPJ nº 04.789.822/0001-54 - Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – **SEZEL**.

10.8. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido.

11. DAS EMPRESAS EM CONSÓRCIO

11.1. É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, que será a responsável pela representação do grupo perante a Secretaria de Zeladoria Urbana - SEZEL (art. 15, § 1º, incisos I e II).

11.2. Cada consorciado deverá apresentar individualmente os documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência, admitindo-se, para fins de qualificação técnica e econômico-financeira, o somatório dos quantitativos de cada empresa, conforme facultado pelo art. 15, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio,

tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, em estrita observância ao art. 15, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou de forma isolada para este mesmo objeto, sob pena de desclassificação, em cumprimento à vedação prevista no art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

12. DA RELAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS

12.1. A Licitante deverá comprovar através do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua PROPOSTA DE PREÇOS final.

12.2. A Licitante deverá comprovar através do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios social possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante — Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da PROPOSTA de PREÇOS final apresentada.

12.3. A exigência de Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta, bem como de Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante detenha capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto, especialmente por se tratar de serviço de engenharia, com execução simultânea de múltiplas unidades. Tais exigências visam reduzir riscos de inadimplemento, garantir a adequada mobilização de recursos, aquisição de insumos e continuidade da execução contratual até o recebimento das medições, mostrando-se proporcionais ao porte e à complexidade da contratação, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

13. DOS DOCUMENTOS LEGAIS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

13.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

13.1.2. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes, similares e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação demonstrando capacidade técnico-operacional para execução de empreendimentos de natureza e complexidade tecnológica equivalente ou superior, mediante apresentação de certidões, atestados, CAO (Certidão de Acervo Operacional – CREA)/ CAT (Certidão de Acervo Técnico – CREA) ou CAT-O (Certidão de Acervo Técnico-Operacional – CAU/BR) emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelos conselhos profissionais competentes, quando aplicável.

13.1.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

13.1.4. Comprovação de experiência de 03 (três) anos da licitante na execução de obras civis de manutenção, reforma, construção, ampliação de pontes, trapiches e passarelas de madeira, admitido o somatório de atestados de períodos distintos e/ou concomitante, executados de forma contínua ou descontínua.

13.1.4.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestados que comprovem a execução de serviços de engenharia compatíveis com o objeto desta contratação, em características, quantidades e complexidade equivalentes ou superiores. Considerando tratar-se de serviço contínuo de engenharia, nos termos do art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021, será admitida a exigência de comprovação de execução de serviços similares por período mínimo de até 03 (três) anos, consecutivos ou não, devidamente comprovados por meio de atestados, admitido o somatório de documentos. A exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar experiência operacional continuada e capacidade gerencial compatível com a complexidade logística e técnica do objeto, especialmente em áreas insulares e de difícil acesso, não substituindo a análise dos atestados e não configurando restrição indevida à competitividade.

13.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.1.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

13.1.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.1.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.1.9. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

13.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

13.2.1. Para o Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) (Responsável Técnico):

13.2.1.1. O profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto deverá ser indicado como responsável técnico da empresa licitante comprovando experiência técnica relativa ao objeto da licitação por meio da apresentação de acervo técnico compatível com o objeto e suas características, na forma de: Uma ou mais Certidã(ões) de Acervo Técnico - CAT, com registro de atestado que contemple a execução de serviços de

engenharia compatíveis com os previstos neste Termo de Referência e em seus anexos, conforme a seguir:

13.2.1.1.1. Execução, supervisão ou fiscalização de obras ou serviços de engenharia relacionados à construção, manutenção, recuperação ou reforço estrutural de pontes, passarelas, trapiches ou estruturas similares, em madeira e/ou materiais equivalentes;

13.2.1.1.2. Execução de serviços de engenharia em estruturas de circulação de pedestres e/ou veículos, incluindo a execução, manutenção ou substituição de elementos estruturais (tais como estacas, longarinas, transversinas e tabuleiros), bem como intervenções em estruturas sujeitas à umidade, variação de maré ou localizadas em ambientes ribeirinhos, com a realização de serviços de reforço, escoramento, recuperação estrutural e proteção de estruturas;

13.2.1.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021);

13.2.1.3. Cada profissional deve estar devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou órgão profissional competente, apresentando sua certidão de registro e regularidade, juntamente com ART de Cargo e Função;

13.2.1.4. Devem ser anexados Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidões de Acervo Técnico (CAT) que comprovem a execução dos serviços anteriormente citados.

13.2.2. A comprovação do vínculo dos profissionais poderá ser feita das seguintes formas:

13.2.2.1. Carteira Profissional de Trabalho e Ficha de Registro de Empregados (FRE), com identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS;

13.2.2.2. Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;

13.2.2.3. Declaração de Compromisso de Vinculação Contratual Futura, firmada pelo profissional indicado e pela licitante, na qual ambas as partes se comprometem a formalizar o vínculo contratual, caso a empresa seja vencedora do certame, assegurando a participação efetiva do profissional na execução do objeto durante toda a vigência do contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante no **Anexo B**;

13.2.2.4. No caso de dirigentes ou sócios da empresa, a comprovação será feita por meio do ato constitutivo da empresa e certidão do CREA ou órgão profissional competente, devidamente atualizada.

13.2.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

14. DO PRAZO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

14.1. A Comissão de Contratação ou o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL, terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da fase de lances para proceder à análise da documentação de habilitação técnica.

14.2. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada nos autos, em caso de diligências necessárias para atestar a veracidade de atestados ou complexidade superveniente.

15. DA VISTORIA TÉCNICA

15.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

15.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

15.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

15.4. O licitante que OPTAR por realizar Visita Monitorada aos locais de execução dos Serviços, o licitante deverá agendar junto a SEZEL, através do SETOR SEMMVI, e-mail: deov@sesan.pmb.pa.gov.br. A Visita Monitorada deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis à data de abertura do certame.

15.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria técnica, deverá apresentar Declaração de Conhecimento das Condições Locais, assinada por seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no **Anexo C** deste Termo de Referência.

15.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

16. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

16.1. Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS). A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até **72h (setenta e duas) horas** após o recebimento da Ordem de Serviço.

16.2. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratação de serviços, observados os limites definidos, as condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

16.3. Os levantamentos necessários as contratações dos serviços registrados serão efetuadas mediante Ordem de Serviço, emitidas pelo fiscal designado pela Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL.

16.4. As Ordens de Serviços poderão ser entregues pessoalmente ou por email, nelas serão descritas as necessidades e tipo de atendimento demandado (urgente ou não). Não serão acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento das mesmas.

16.5. As Ordens de Serviços deverão ser respondidas pela CONTRATADA (através de email ou por protocolo), onde deverá estar explícito o prazo máximo para o envio de um técnico ao local do serviço para a realização dos levantamentos necessários.

16.6. Após os levantamentos a CONTRATADA deverá elaborar planilha de serviços e preços e enviá-la ao representante da SEZEL, utilizando necessariamente em sua composição os serviços contemplados na planilha orçamentária, explicitando o total financeiro dos serviços, de acordo com os valores registrados. Deverá ser informado o prazo da conclusão dos serviços.

16.7. Sempre que se julgar necessário, o representante da SEZEL realizará “in loco” com preposto da CONTRATADA, que recebeu a Ordem de Serviço para, que sejam feitos os esclarecimentos necessário sobre os serviço indicados, prazos estimados ou qualquer informação adicional necessária.

16.8. Poderão também ser encaminhados pelo CONTRATANTE, desenhos esquemáticos contendo informações suplementares (croquis, medidas, descrições, etc.) de modo a orientar a concepção da planilha de serviços e preços, ou mesmo as planilhas de serviços e preços elaboradas por representante da SEZEL, em ambas situações apontadas, será facultada a vistoria técnica.

16.9. A planilha de serviços e preços elaborada pela contratada será avaliada pelo representante da SEZEL, e, após aprovação deste, será encaminhada a apreciação superior. Somente após autorização formal do setor competente da SEZEL, será emitida a ORDEM DE SERVIÇO pelo representante da SEZEL, e encaminhada a CONTRATADA, que poderá dar início a execução dos serviços.

16.10. Todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão ser novos, fornecidos pela CONTRATADA, não sendo aceitos materias e peças usadas ou recondicionadas. Deverá ainda ser observado quando possível, o padrão do local onde haverá a intervenção.

16.11. Os materiais substituídos ou retirados das unidades, quando não consistir em entulho, pertencerão a SEZEL devendo ser deixados no local de origem. Somente com autorização do diretor do SEZEL, os materiais poderão ser descartados.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Compete à fiscalização:

17.1.1. Acompanhar a execução dos serviços e registrar ocorrências relevantes;

17.1.2. determinar a correção de falhas, vícios ou inadequações;

17.1.3. atestar as medições e etapas executadas;

17.1.4. rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato.

17.2. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 107.810/2023-PMB, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

17.3. O CONTRATANTE, através de funcionário ou comissão, doravante designado como FISCAL DO CONTRATO, efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado, poderá a qualquer tempo exigir que a licitante CONTRATADA forneça os elementos necessários ao esclarecimento de dúvidas relativas ao fornecimento, tais como demonstrativos de custos, notas fiscais, etc.

17.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.6. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do FISCAL DO CONTRATO para com a CONTRATADA, quando não formalizadas mediante termo aditivo, não constituirão precedentes invocáveis e não terão o poder de alterar as obrigações estabelecidas.

17.7. O Fiscal do Contrato, designado pela Administração Pública para o acompanhamento técnico da obra, deverá providenciar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de Fiscalização, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em conformidade com o disposto no art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

17.8. A comprovação do registro da ART de fiscalização deverá ser anexada aos autos do processo administrativo no prazo de até 7 (sete) dias após a designação formal do servidor, sendo os custos referentes à taxa de emissão de responsabilidade do órgão contratante, nos termos da legislação vigente.

18. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1. O prazo para contratação de cada serviço será o estabelecido na Ordem de Serviço (OS).

18.2. Antes da emissão da OS, poderá solicitar que a CONTRATADA apresente uma proposta de Cronograma Físico-Financeiro (CFF), por etapas, do serviço. A partir da proposta apresentada, definirá a versão final do CFF para consolidação pela empresa.

18.3. A CONTRATADA deverá atender todas as demandas para a execução dos serviços, que serão solicitadas mediante a emissão de Ordens de Serviços acompanhadas dos demais documentos.

18.4. O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou a impossibilidade de execução no período mencionado anteriormente, a pedido da CONTRATADA, para eventual cumprimento de prazo, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, mediante autorização da CONTRATANTE, a critério do Gestor/Fiscal, sem ônus para a Administração.

18.5. Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS). Antes da emissão, a CONTRATANTE pode solicitar que a CONTRATADA analise a planilha orçamentária de serviços para conferência. Neste caso, a CONTRATADA tem o prazo de 3 (três) dias úteis para dar o retorno, manifestando-se quanto às sugestões de ajustes na planilha, que avaliará as possíveis sugestões, acatando-as ou não.

18.6. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por funcionário designado para a fiscalização.

18.7. Todas as Ordens de Serviço terão assinatura do Ordenador de Despesas.

18.8. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 72h (setenta e duas) horas após aprovação do orçamento e recebimento da Ordem de Serviço.

18.9. Todos os serviços deverão ser executados conforme as Normas Técnicas da ABNT.

18.10. A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço tenha o “Certificado de Conformidade”, expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT.

18.11. Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato ao Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

18.12. A CONTRATADA providenciará a contratação de todo o seu pessoal necessário, bem como o cumprimento às leis trabalhistas e previdenciárias e à legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por: quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e serviços contratados; uso indevido de patentes registradas, resultantes de caso fortuito ou qualquer outro motivo; bem como a destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação dos serviços e obras contratados.

19. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

19.1. A empresa vencedora da licitação, será responsável pela garantia dos serviços executados, até que estes sejam recebidos definitivamente pela SEZEL, conforme disposto no Art. 140 da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, e deverá declarar explicitamente a garantia de 01 (um) ano.

19.2. Declaração explícita do prazo de garantia integral dos serviços, que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, período durante o qual a licitante se compromete a solucionar eventuais problemas decorrentes de falhas ou inadequações na execução dos serviços, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da comunicação formal da SEZEL e do respectivo recebimento pela CONTRATADA.

20. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1. Em razão da complexidade do objeto contratado, a CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, no ato da assinatura do Contrato, a apresentação de Garantia pela execução das obrigações assumidas, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do Contrato, com base no art. 96 e seguintes da Lei Federal na 14.133/2021, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades de Garantia:

20.1.1. Fiança Bancária;

20.1.2. Seguro Garantia;

20.1.3. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

20.2. A garantia contratual deverá vigorar durante todo o período de execução do contrato, abrangendo sua vigência inicial e eventuais prorrogações, nos termos do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Essa garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a Administração Pública, servindo como instrumento de proteção contra eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, inclusive no que se refere ao pagamento de multas, ressarcimento de danos e demais responsabilidades previstas no contrato. Durante todo o período de vigência contratual, a garantia deverá permanecer válida e suficiente para cobrir as obrigações assumidas, de modo a resguardar o interesse público e assegurar a adequada execução dos serviços contratados.

20.3. A Garantia será restituída automaticamente ou por solicitação da CONTRATADA, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive, eventual recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados a Administração Pública Municipal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços. O contrato oferecerá o detalhamento das regras pertinentes à garantia da contratação, inclusive no que diz respeito à garantia adicional, prevista no art. 59, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.4. A Garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

20.5. O contrato oferecerá o detalhamento das regras pertinentes à garantia da contratação, inclusive no que diz respeito à garantia adicional, prevista no art. 59, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. DO RECEBIMENTO

21.1. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão por comissão ou servidor responsável,

sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) Provisoriamente: no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório;

a.1) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** (art. 7º da Instrução Normativa nº 77/2022-Seges/ME, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

a.2) Tratando-se de serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada e relatório fotográfico;

a.3) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

a.4) O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

a.5) O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

a.6) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

a.7) O fiscal administrativo do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

a.8) O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

a.9) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a.10) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

b) Definitivamente: no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório e após a verificação de sua compatibilidade

com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

b.1) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

b.2) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

b.3) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da

despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

b.4) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

b.5) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

b.6) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

22. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

22.1. São obrigações da CONTRATADA:

22.1.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, conforme as propostas apresentadas e especificações, no prazo e locais indicados pelo Termo de Referência, em estrita observância das especificações dispostas neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal), constando detalhadamente as especificações técnicas valor unitário e total dos serviços ofertados.

22.1.2. Colocar à disposição da **CONTRATANTE** os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços ofertados, permitindo a verificação das especificações conforme planilha orçamentária.

22.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto

da presente aquisição.

22.1.4. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) serviço(s) ofertado(s), dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor.

22.1.5. Assumir todo o ônus e responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s).

22.1.6. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela CONTRATANTE, sem prévia autorização.

22.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do Contrato.

22.1.8. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de serviço** de antecedência que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

22.1.9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

22.1.11. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos nos termos do § 1º do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.1.12. A **CONTRATADA** deverá dispor, no momento da assinatura do Contrato, de **representação na Região Metropolitana de Belém/PA**, informando o responsável, endereço e telefone fixo ou celular para atender a quaisquer necessidades da **SEZEL/PMB**, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no Contrato de prestação de serviços, comprometendo-se em mantê-la durante toda a sua vigência contratual, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do Contrato.

22.1.13. Emitir ART quando necessário.

22.1.14. Assumir inteira responsabilidade por acidentes de trabalho que venham a ocorrer com seus empregados durante a execução dos serviços ou em deslocamento para os locais de trabalho, adotando todas as medidas necessárias para prevenção de riscos e atendimento aos seus trabalhadores, sem qualquer ônus para a Contratante.

22.1.15. Manter em atividade o número de empregados contratados necessários à perfeita execução dos serviços e ao cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato.

22.1.16. Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação da Contratante, a substituição de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

22.1.17. Empregar materiais de boa qualidade, devidamente aprovados pela Contratante e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas da ABNT, reservando-se à Contratante o direito de rejeitar aqueles que não atendam às especificações técnicas ou padrões exigidos, devendo ser substituídos pela Contratada sem qualquer ônus adicional.

22.1.18. Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando todos os serviços e etapas da execução contratual, para análise e validação pela Contratante.

22.1.19. Caso os serviços executados estejam aquém do programa de execução aprovado, elaborar e submeter à apreciação da Contratante revisão do cronograma de execução, indicando as medidas necessárias para recuperação do atraso e cumprimento do prazo contratual.

22.1.20. Manter no local dos serviços o Livro Diário de Obra ou de Engenharia, destinado ao registro das ocorrências diárias relacionadas à execução dos serviços, devendo o referido documento ser vistoriado e visado regularmente pela fiscalização da Contratante.

22.1.21. Apresentar ao gestor do contrato organograma da estrutura operacional e técnica que será utilizada para a execução dos serviços, indicando responsáveis, funções e atribuições.

22.1.22. Providenciar, antes do início dos serviços, o registro e a regularização de todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e das convenções coletivas aplicáveis.

22.1.23. Providenciar, às suas expensas, todas as licenças, autorizações, registros e aprovações necessários junto aos órgãos competentes para a regular execução dos serviços.

22.1.24. Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação da fiscalização, equipamentos ou veículos considerados inadequados ou em mau estado de conservação.

22.1.25. Manter supervisão técnica permanente durante a execução dos serviços, assegurando a presença de profissional habilitado responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades.

22.1.26. Comunicar formalmente à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal verificada durante a execução dos serviços que possa comprometer o andamento das atividades ou a segurança dos trabalhos.

22.1.27. Manter o local de execução dos serviços limpo e organizado, providenciando a remoção diária de resíduos, entulhos e materiais descartados, bem como o adequado armazenamento de materiais e equipamentos.

22.1.28. Garantir que todos os trabalhadores envolvidos na execução dos serviços estejam devidamente identificados e uniformizados, utilizando crachás ou cartões de identificação.

22.1.29. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a bens públicos e privados em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

22.1.30. Ressarcir imediatamente a Contratante por eventuais prejuízos ou danos causados aos seus bens ou instalações durante a execução dos serviços.

22.1.31. Encaminhar à Contratante, ao término da execução contratual, todos os documentos técnicos e informações produzidos durante a execução dos serviços, que passarão a integrar o acervo da Administração.

22.1.32. Manter sigilo sobre todas as informações e documentos fornecidos pela Contratante ou produzidos durante a execução dos serviços, não podendo divulgá-los sem autorização expressa da Administração.

22.1.33. Manter controle da execução dos serviços mediante elaboração de relatórios técnicos periódicos, adequados às características do objeto contratado.

22.1.34. Quando os serviços forem executados em áreas tombadas ou protegidas, a CONTRATADA deverá observar as normas e orientações dos órgãos de preservação do patrimônio histórico, especialmente da SEMCULT (antiga FUMBEL) e do IPHAN, adotando os procedimentos necessários para evitar danos aos bens protegidos, inclusive em áreas como a Cidade Velha, tombada pelo IPHAN.

23. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

23.1. São obrigações da CONTRATANTE:

23.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital;

23.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

23.1.3. Receber o(s) serviço(s) no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e edital;

23.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atendam as especificações deste Termo de Referência;

23.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

23.1.6. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da CONTRATADA, observando ainda os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

23.1.7. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência a serem recebidos;

23.1.8. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

23.1.9. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste Termo de Referência.

23.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

24.1. Após adjudicada e homologada a licitação, a CONTRATANTE convocará a licitante vencedora para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Termo de Referência e do previsto no art. 90, § 5º, arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.2. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular na assinatura do Contrato ou se recusar a assinar o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

25. DA NOTA DE EMPENHO

25.1. O prazo para recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

25.2. A emissão da Nota de Empenho está condicionada à verificação da regularidade da

habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

26. DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

26.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

26.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

26.3.1. A data da emissão;

26.3.2. Os dados do Contrato e do ÓRGÃO CONTRATANTE;

26.3.3. O período respectivo de execução do Contrato;

26.3.4. O valor a pagar; e

26.3.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

26.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

26.5. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

26.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

26.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento

a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

26.9. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

26.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

26.11. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

26.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento definitivo, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

26.13. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

26.14. Será procedida consulta "On-Line" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a CONTRATADA, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS, da Previdência Social e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

26.15. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

26.16. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365 \text{ EM} = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% / Ano VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

26.17. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

26.18. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

27. DA FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO

27.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, a serem indicadas previamente à formalização de cada contrato, conforme art. 13 da resolução 2/2025 do Tribunal de Contas deste Município.

28. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

28.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, submetida ao que determina o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação do seu extrato no PNCP e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada sucessivamente, desde que justificadamente demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas, nos termos do art. 105, combinado com o art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o limite máximo de até 5 (cinco) anos, conforme a natureza continuada do serviço e a necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços de zeladoria urbana no Município de Belém.

29. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

29.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

29.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, totalizando o prazo máximo de **2 (dois) anos**, desde que:

29.2.1. Haja a prévia anuência do fornecedor registrado.

29.2.2. Fique formalmente comprovado nos autos que o preço registrado permanece vantajoso para a Administração Pública, mediante pesquisa de mercado atualizada.

29.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, poderão ser renovados os quantitativos inicialmente registrados, desde que mantidas as condições pactuadas e observada a compatibilidade com a legislação vigente e regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

30. DO REAJUSTE

30.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses de vigência do Contrato,

contados a partir da sua assinatura. Após esse período, o reajustamento será concedido a partir do 13º (décimo terceiro) mês pelo INCC-DI-FGV, conforme fórmula abaixo:

$$R = P_i \times I_{Ci} - I_{Co}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento;

P_i = Preço Inicial do Serviço a ser Reajustado;

I_{Ci} = Índice Nacional da Construção Civil - INCC-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FVG no 13º (décimo terceiro) mês, contado da data do orçamento estimado;

I_{Co} = Índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FVG, referente ao mês da apresentação da proposta.

30.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

30.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

30.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

30.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

30.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

30.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

30.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

30.9. Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível a CONTRATADA.

31. DA SUBCONTRATAÇÃO

31.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

31.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso

cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

31.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

31.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

31.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

32. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

32.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

33. DA ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES (“CARONA”)

33.1. Poderão aderir à Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação outros órgãos ou entidades da Administração Pública, pertencentes ou não ao Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 107.923/2023.

33.2. A adesão será permitida:

33.2.1. até o limite de 50% do quantitativo, por cada órgão ou entidade aderente;

33.2.2. e o total das adesões não poderá exceder o dobro dos quantitativos registrados na ata original.

33.3. Para que a adesão seja efetivada, o órgão ou entidade não participante deverá:

33.3.1. apresentar justificativa de vantajosidade da adesão;

33.3.2. comprovar a compatibilidade dos preços com o mercado vigente;

33.3.3. obter o anuente expresso do órgão gerenciador e do fornecedor detentor da ata.

33.4. O fornecedor ficará obrigado a atender às adesões, desde que observados os quantitativos máximos definidos e que a execução se mantenha viável dentro da sua capacidade operacional.

33.5. A adesão será formalizada por meio de instrumento específico, conforme legislação aplicável.

33.6. O órgão gerenciador manterá o controle dos quantitativos registrados e aderidos, podendo recusar solicitações de adesão caso comprometam o atendimento ao próprio órgão gerenciador ou estejam em desconformidade com os limites legais.

34. DAS PENALIDADES

34.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

34.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

34.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

34.4. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

34.5. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

34.6. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

34.7. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

34.8. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

34.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

34.9.1. Fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

34.9.2. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

34.9.3. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

34.9.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

34.9.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

34.10. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

34.10.1. Advertência;

34.10.2. Multa;

34.10.3. Impedimento de licitar e contratar; e

34.11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 34.11.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 34.11.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 34.11.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 34.11.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

34.12. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

34.13. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

34.14. Para as infrações previstas nos itens 34.1, 34.2 e 34.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato licitado.

34.15. Para as infrações previstas nos itens 34.9.1, 34.9.3, 34.9.4 e 34.9.5 a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato licitado.

34.16. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

34.17. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

34.18. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 34.1, 34.9.2 e 34.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

34.19. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 34.9.1, 34.7, 34.9.4, 34.9.5 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 34.1, 34.2 e 34.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

34.20. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 34.7 e 34.8, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

34.21. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

34.22. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

34.23. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

34.24. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

34.25. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

35. DO FORO

35.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste Termo de Referência e do contrato dele decorrente, fica eleito o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém/PA, 16 de abril de 2026.

Elaborado por:

Fernando Assunção Camarinha
Eng. Civil – CREA 1516241070PA

Aprovado por:

Cleidson Ferreira Chaves
Secretário Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana

ANEXOS:

- **ANEXO A** – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- **ANEXO B** – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA.
- **ANEXO C** – DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA E PLENO CONHECIMENTO